

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os presidentes das várias comarcas judiciais do país, no relatório sobre as condições dos tribunais referente a 2018, apontam inúmeros casos de falta de condições nas instalações, com evidente impacto negativo no funcionamento e na imagem da justiça em Portugal.

Existem situações de problemas infraestruturais, de infiltrações e avarias que não são resolvidos porque o organismo do Ministério da Justiça responsável pela autorização de obras não responde ou demora a fazer essas autorizações.

Um dos casos referido pelo juiz que preside à comarca de Aveiro é o do Tribunal de Castelo de Paiva onde se teve que proceder ao encerramento de uma casa de banho dos funcionários do tribunal para evitar escorrências para o piso inferior que é ocupado por uma conservatória do registo civil.

Este caso é inexplicável e inadmissível. Estamos a falar de um órgão de soberania e de uma função essencial para qualquer sociedade desenvolvida. A importância dessa função não é compaginável com um Ministério que não autoriza obras tão básicas como esta que é relatada pelo juiz presidente da comarca de Aveiro.

É, por isso, fundamental que o Ministério explique o porquê de não autorizar obras tão necessárias neste tribunal, como é também fundamental que o Governo diga qual o plano de investimentos que tem para este tribunal, para garantir a melhoria das suas condições de funcionamento.

Perante isto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Por que razão não foram autorizadas as obras necessárias à resolução desta avaria e se deixou degradar as condições de funcionamento do Tribunal de Castelo de Paiva?

2. Que medidas já foram tomadas para a resolução deste problema?
3. Qual o plano de investimento para o Tribunal de Castelo de Paiva, de forma a garantir a melhoria das suas condições de funcionamento?

Palácio de São Bento, 28 de agosto de 2019

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)